



# Anais da Assembléia

Nº 35

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 28 DE ABRIL DE 1980

ANO VI

## 2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.ª LEGISLATURA ATA DA 33.ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 1980 SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Senhores Deputados Domício Scaramella e Fiori Luiz.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Aírton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelton Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quíelse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

### SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

### EXPEDIENTE:

#### Requerimentos:

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção na ata de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Oficial Reformado da Aeronáutica ESTEFANO BONATO, ocorrido ontem, no Município de CAMPO LARGO.

Da decisão do Plenário, solicita seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 28 de abril de 1980.

(a) FABIANO BRAGA CÔRTEES.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação em ata dos trabalhos desta Casa, um voto de profundo pesar pelo passamento ocorrido nesta data, da Senhora MARIA GONÇALVES.

A extinta era progenitora do Sr. ROLIM GONÇALVES, Prefeito Municipal de Jundiá do Sul.

Tal passamento consternou, profundamente, a sociedade, tendo em vista a grande estima, respeito e amizade que a extinta angariou durante sua vida no setor familiar e privado.

Requer ainda, que do pronunciamento desta casa, dê-se ciência à família entulada na pessoa do Sr. Rolin Gonçalves, Prefeito Municipal de Jundiá do Sul.

Sala das Sessões, em 28 de abril de 1980

(a) GABRIEL MANOEL.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que abaixo assina, REQUER, após ouvido o Plenário, na forma regimental, que seja inserido na ata dos trabalhos desta Casa, um voto de profundo pesar pelo falecimento do cidadão Osvaldo Lonack, ocorrido dia 28 p.p., na localidade de Bragantina, Município de Assis Chateaubriand.

Requer, outrossim, que do presente seja dado conhecimento aos seus familiares.

Sala das Sessões, em 28 de abril de 1980.

(a) AUGUSTO CARNEIRO.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, na forma regimental, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhada solicitação ao Senhor Secretário do Interior e ao Presidente da TELEPAR, no sentido da instalação de um Posto Telefônico em Ouro Verde do Piquiri, Município de Corbélia.

A presente solicitação visa atender as necessidades deste meio de comunicação pelas dificuldades que têm em comunicar com outras localidades e órgãos e também atendendo aos reclamos daquela laboriosa população.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 1980

(a) DAVID CHERIEGATE.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, requerem, após ouvido o Plenário, suspensão da sessão do dia 2 de maio do corrente, para que sejam realizadas reuniões das comissões.

Sala das Sessões, em 28 de abril de 1980:

(aa) ERONDY SILVÉRIO, RENATO BERNARDI,  
DÁCIO LEONEL e ADALBERTO DAROS.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a transcrição nos Anais da Casa, do artigo publicado no jornal "Gazeta do Povo", sob o título "Um parlamentar de pouca prática quis expor o Paraná ao ridículo".

Sala das Sessões, em 28 de abril de 1980.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

#### Projetos de Lei:

#### PROJETO DE LEI N.º 32/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica criado o Município de Missal, desmem-

do do Município de Medianeira, com as seguintes divisas: Começa no Rio São Vicente, no ponto de encontro com o Arroio Sotelo, subindo por este até as divisas dos Lotes Rurais números 70 e 71, da Gleba 19 do Imóvel Rio Paraná, seguindo deste ponto por uma estrada secundária até atingir o povoado de Esquina Rosa, daí por uma linha mais ou menos reta e seca em sentido Leste-Oeste até atingir o travessão da Gleba número 03, segunda Parte do Imóvel Rio Quarto, seguindo por este travessão em sentido Norte-Sul até encontrar o travessão natural do Imóvel Guairaça, seguindo por este no sentido Leste-Oeste até atingir o ponto da linha divisória Norte-Sul dos atuais Municípios de Medianeira e Matelândia, seguindo deste ponto por uma linha reta e seca na direção sudoeste até atingir a nascente do Rio Feijão Verde, descendo por este até desembocar no Rio Ocoi, descendo por este até encontrar a foz do Riacho Cedro e subindo por este até a nascente e deste ponto por uma linha reta e seca em sentido Noroeste até atingir a nascente do Ribeirão São João descendo por este até o Rio São Vicente, e por este rio acima até a foz do Arroio Sotelo, ponto de partida.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28 de abril de 1980.

(aa) WERNER WANDERER, TERCIO ALBUQUERQUE  
e GERNOTE KIRINUS.

#### JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visando a emancipação política do progressista distrito de Missal, no Município de Medianeira, é uma aspiração de um povo merecedor, que de longa data vem labutando para a concretização deste intento.

Assim, no momento em que apresentamos este projeto de lei, fazêmo-lo na certeza de que serão cumpridas todas as formalidades legais para que este Distrito seja elevado à condição de Município, uma vez que preenche os requisitos exigidos pela lei para tal.

Anexamos ao presente levantamento das seções eleitorais da área de Missal, e a mesma conta com 6.488 eleitores, número suficiente para preencher os requisitos legais.

Dados estatísticos do perímetro urbano de Missal informam que o número de residências é superior a 200; e que a população remanescente do município de Medianeira, após dedução da população estimada de Missal, será superior a 10.000 (dez mil).

Queremos ainda ressaltar o grande desenvolvimento e progresso que se constata dia a dia no Distrito de Missal, progresso este que se registra em decorrência de vários fatores sócio econômicos, que por sua vez vêm comprovar a autonomia deste laborioso distrito.

O futuro Município de Missal, pelo valor de seu povo e de seu trabalho será mais um motivo de orgulho para todo o Paraná.

Finalmente, solicitamos dos nobres colegas Parlamentares o integral apoio a este projeto de lei, pois ele representa não só o nosso esforço no sentido da efetiva concretização desta emancipação, como também, e principalmente, a reivindicação de toda a população do Distrito de Missal.

#### PROJETO DE LEI N.º 33/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
D E C R E T A:

Art. 1.º — A Câmara Municipal de Umuarama, Estado do Paraná, passa a ser constituída por quinze (15) Vereadores.

Art. 2.º — A nova composição da Câmara Municipal de Umuarama, ocorrerá a partir de 01 de fevereiro de 1981.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28 de abril de 1980.

(a) ROMERO FILHO.

#### JUSTIFICATIVA:

O artigo 107 da Constituição do Estado do Paraná, atualmente em vigor, após a aprovação de diversas emendas constitucionais, e datada de 1967, estabelece:

“O número de vereadores, sempre ímpar, será fixado por lei, em proposição que não exceda de um para cada três mil eleitores, não podendo ser inferior nem superior a vinte e um”.

Ora, conforme certidão, em anexo, do Tribunal Regional Eleitoral, a 89ª. Zona Eleitoral, que abrange o Município de Umuarama, conta atualmente com 48.179 (quarenta e oito mil, cento e setenta e nove), eleitores, aptos a votar.

Logo, dividido o número atual de eleitores por três mil, chegamos à conclusão de que a Câmara Municipal de Umuarama terá de contar com quinze (15) vereadores, havendo a sobra, ainda, de 3.179 (três mil cento e setenta e nove) eleitores, sobrando eleitores para que suba a 16 o número de vereadores.

Por ir ao encontro do que reza a Carta Magna do Estado do Paraná, e por ser ele rigorosamente constitucional, com a circunstância de que projetos de lei sobre a matéria em tela são de exclusiva competência da Assembléia Legislativa, estamos certo de que a nossa iniciativa, por ser justa, terá a aprovação unânime das Comissões Técnicas Permanentes e do Plenário da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado Gernote Kirinus, primeiro orador inscrito.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Deputados desta Casa, já têm se pronunciado, dias atrás, com relação a homenagem que será prestada ao Ditador Paraguai General Alfredo Stroessner. Homenagem esta que começará aqui em Curitiba, amanhã, quando o mais desavergonhado Ditador da América Latina será recebido com honras de Chefe de Estado pelo Governador-interventor e também General Ney Aminthas de Barros Braga. Daqui se dirigirá a Guaratuba para receber outra homenagem, inaugurando uma praça e uma avenida naquela cidade, que levam o nome desta hedionda personagem.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: sinto-me envergonhado. Envergonhado não apenas pelo fato de um ditador inescrupuloso receber uma homenagem, pois muitos, também de nossa pátria, foram e são portadores de tal honraria, mas me envergonho muito mais pelo fato de nós paranaenses, através de nossos representantes impostos, homenagearmos o maior assassino que o povo paraguaio já conheceu e talvez a América Latina.

Quem não sabe das acusações que pesam o General Stroessner? Serão apenas nossas autoridades, nossos governantes e prefeitos, para chegarem a tal rebaixamento? Se não o souberem, eis um pouco daquilo que apavora um povo irmão e vizinho, por mais de 26 anos: Expulsou, neste tempo de ditadura, mais de um milhão e quinhentos mil paraguaios de sua pátria, espalhando-os pelo mundo; esta diáspora só se assemelha a do povo judeu, sofrido sob o imperialismo romano. Stroessner tem sob seu comando a maior rede de tráfico de entorpecentes, principalmente a maconha, que dos aeroportos clandestinos e mesmo oficiais distribuído para os grandes centros americanos, inclusive ao Brasil. É sabido que o contrabando de café brasileiro é habilmente

manobrado pelos "hombres del General Stroessner". Estes mesmos "hombres del General" dão toda cobertura necessária para que os automóveis e caminhões de carga brasileiros, aqui roubados, tenham lá sua situação regularizada o mais rápido possível.

A exploração do lenocínio, é um fato, e se escuta de qualquer cidadão paraguaio comentários a respeito. É a última investida desta torpe figura. Isto que acabei de relatar, é apenas o prólogo das falcaturas desta ditadura stroessneriana.

E nós paranaenses prestaremos homenagem a esta figura, dando o seu nome a uma praça de onde foram expulsos humildes pescadores?

Envergonho-me desde agora com todos os paranaenses democratas. Desaloja-se pescadores, brasileiros trabalhadores, para se homenagear esta horripilante figura assassina; este gesto em muito se parece com os que o homenageado pratica em seu País. Stroessner também desalojou camponeses paraguaios para dar lugar a ricos empresários brasileiros, como por exemplo, Mário Gibson Barbosa.

Diante de todas as arbitrariedades cometidas em seu País, contra o povo Guarani e mesmo brasileiros agricultores, nosso Governo expulsa pescadores de uma área de terras para ali, erigir um monumento em homenagem ao grande verdugo. Ao passo que agricultores brasileiros, migrando para a inóspita Região de Alto Paraná, no Paraguai, lá fundaram uma Vila a que provisoriamente chamaram de Marechal Cândido Rondon e posteriormente requereram oficialização deste nome à Vila, foram determinadamente censurados pelo Governo Paraguai; pelo mesmo carasco que há pouco será homenageado. As autoridades paraguaias elegeram para impedir aquela homenagem, dizendo que em solo paraguaio, brasileiro algum honrará cidade alguma com seu nome. Mas eu não troco 1 General Rondon por mil Stroessner.

Mas aquela Vila hoje, leva o nome da esposa oficial do general carasco. Se pretende o Governo, com esta homenagem, fortalecer os laços de amizade entre os dois povos, deveria, em nosso entender, prestar tal honraria a uma verdadeira personagem democrática da história daquele País, como por exemplo, ao seu povo, oprimido, perseguido e vilipendiado em todos os seus direitos fundamentais.

Desta maneira está o Governo Paranaense passando aval de aceitação e reforço a um regime ditatorial, de opressão e de desrespeito aos direitos humanos daquele povo, merecendo daí nosso mais profundo repúdio e veemente protesto.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado José Domingos.

O SR. JOSÉ DOMINGOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Na qualidade de um dos representantes de Curitiba, junto a esta Casa, quero, neste momento, e nesta hora, realçar com satisfação e alegria, dois acontecimentos altamente significativos, vividos hoje, pela população da capital do Estado.

O primeiro deles: A implantação da tarifa social do sistema de transportes coletivo de Curitiba.

Hoje, os mais longínquos arrabaldes, bem como aqueles mais próximos, têm um preço único de passagem. É uma iniciativa pioneira no Brasil a tarifa social que se implantou em Curitiba. E isso aconteceu, diga-se de passagem, com um perfeito entendimento e entrosamento da Prefeitura Municipal com as empresas que exploram o transporte coletivo, em Curitiba.

Hoje, os usuários do transporte coletivo pagam 5 cru-

zeiros e 50 centavos por sua passagem.

Parabéns, Prefeito Jaime Lerner, que, junto com sua equipe de trabalho, encontrou essa fórmula para uma tarifa única, uma tarifa social, em Curitiba. Tarifa única que, aliás, foi lançada, pela primeira vez, quando era Prefeito de Curitiba, o atual Governador Ney Braga.

E justamente por isso, o Governador eufórico, participou do lançamento oficial da tarifa única, implantada quando da inauguração do terminal do Pinheirinho.

E por falar em Pinheirinho, nós que tivemos uma votação expressiva naquele local, hoje, estamos efetivamente contentes porque aquele bairro alcançou uma série de melhorias. As reivindicações apresentadas por sua gente foram e estão sendo atendidas: Foi instalada uma Delegacia de Polícia, foram criadas novas linhas de ônibus; foi instalada uma rede de água encanada, em quase todos os recantos daquele bairro. E, hoje, foi inaugurado o terminal de ônibus, uma perfeita estação rodoviária, num bairro da cidade.

Isso é um exemplo para o Brasil, como disse, pela manhã, o Presidente da MTU que participou da solenidade de inauguração daquele terminal que vai atender os moradores não só do Pinheirinho, como da Cidade Industrial e de toda aquela região, com esta melhoria do transporte coletivo.

Então, estamos exultantes com essa situação, dada graças ao trabalho da Prefeitura Municipal, graças ao trabalho entrosado com os empresários e também com o Governo do Estado.

Por outro lado, queremos registrar, no encerramento deste nosso pronunciamento, a nossa lástima e nossa tristeza, por assistirmos, hoje, uma entrevista concedida à Rede Globo de Televisão, pelo Presidente da Confederação Brasileira de Desportos, dizendo que não vai levar para os Jogos Olímpicos, o melhor remador brasileiro, única e exclusivamente, porque teve a coragem de denunciar que ganha 2 mil e 500 cruzeiros por mês, que não tem alimentação adequada, que nunca teve o prestígio dos órgãos governamentais. E não é atestado pela Delegação Brasileira que vai aos Jogos Olímpicos, só porquê falou isso. E comprovando que é o melhor remador do Brasil, ainda domingo, ganhou uma prova.

É lamentável que fatos desta ordem ainda continuem ocorrendo.

Vamos buscar melhores detalhes e numa das próximas sessões, apresentaremos um requerimento solicitando um voto de repúdio a essa imposição do Presidente da CBD.

Lamentavelmente, os cartolas ainda continuam querendo aparecer mais que os atletas, neste País.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Mário Celso.

O SR. MÁRIO CELSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estou encaminhando à Mesa, pedido de informações ao Secretário de Justiça do Estado do Paraná, Sr. Otavio Cezario, pedindo informações a respeito do sistema penitenciário do Estado.

Recebi uma carta assinada por cinco presidiários, todos eles membros da Associação Asa Esporte Clube, autenticadas, inclusive essa carta e as assinaturas, pelo 8.º Ofício da Capital, e ali constatei diversas denúncias, violentas contra o sistema penitenciário, em especial à Penitenciária Central do Estado. Neste documento, eles reivindicam salas de aula, parlatório, humanização do setor, patronatos, etc.

(Lê requerimento e justificativa).

## REQUERIMENTO

“Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais requer, ouvido o Douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Senhor Secretário de Estado da Justiça, solicitando informações a respeito do Sistema Penitenciário do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 28 de abril de 1.980.

a) Mário Celso.

## JUSTIFICATIVA:

Ao receber uma carta assinada por cinco presidiários, todos membros da Associação Asas Esporte Club, autenticada pelo 8.º Ofício da Capital, verifiquei uma série de denúncias violentas contra o Sistema Penitenciário. Nesse Documento, eles reivindicam salas de aula, parlatório, humanização do setor, patronatos, etc.

Sabedor que sou das dificuldades encontradas pelos diretores desses estabelecimentos penais, já que a maioria das obras está com capacidade excessiva, estou procurando obter detalhes junto à Secretaria de Justiça, visando um posicionamento melhor, dentro de uma realidade. Depois então, vou procurar, a exemplo do que já fiz quando vereador da Câmara Municipal de Curitiba, apresentar um relatório das falhas, sugerindo soluções para o setor.

As perguntas são as seguintes:

- 1 — Fala-se que a capacidade da Prisão Provisória do Ahú é de 300, porém abriga hoje mais de 820 presos. Qual a capacidade real e quantos detentos estão hoje encarcerados nesta Prisão?
- 2 — Fala-se que a capacidade da Penitenciária Central do Estado, em Piraquara, é de 520, porém abriga hoje mais de 870 presos. Qual a capacidade real e quantos presidiários estão nesta prisão?
- 3 — Fala-se que a capacidade do Manicômio Judiciário é de 200, porém está abrigando muito mais que isso. Qual a capacidade real e quantas pessoas estão hoje internadas no Manicômio?
- 4 — Fala-se que a capacidade real da Penitenciária Feminina é para 40 detentas, mas que está abrigando mais do que isso. Qual a capacidade real e quantas presas estão hoje internadas?
- 5 — Existe alguma obra em andamento, visando aumentar as capacidades dos estabelecimentos citados neste pedido de informações?
- 6 — Se existe, saber quando foi iniciada e para quando está programado seu término. Saber também a capacidade que vai ser gerada pelas obras?
- 7 — Existe plano para implantação de Penitenciárias no interior do Estado do Paraná?
- 8 — Se existe, saber quais os municípios programados dentro do plano?
- 9 — Existe plano para implantação de agro-indústrias no Estado do Paraná?
- 10 — Se existe, qual a região que receberá a adoção deste plano?
- 11 — Quantas licenças especiais para saída de presos (visitas a familiares) foram fornecidas, durante o ano de 1.979, englobando os meses de janeiro, fevereiro e março (primeiro trimestre) de 1.980?
- 12 — Durante o ano de 1.979 e primeiro trimestre de 1.980, quantos presos fugiram, beneficiados com a saída, através da licença especial?
- 13 — Quem é o responsável pela assinatura no documento para licença especial e quais os critérios adotados para a liberação provisória dos presos?
- 14 — Existe na Penitenciária Central do Estado uma divisão para a colocação de presos com idade entre 18 e

21 anos?

Era só Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côretes) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, inscrito.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente Srs. Deputados.

A bancada do PMDB, está endereçando à Mesa, e à consideração desta Casa, um requerimento pedindo, que seja consignado voto de protesto, às homenagens que serão prestadas ao ditador Alfredo Stroessner na cidade de Guaratuba no Estado do Paraná. (Lê):

## REQUERIMENTO

“Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando de suas atribuições e atendendo as formalidades legais, REQUER um VOTO DE PROTESTO às homenagens que serão prestadas ao General Alfredo Stroessner na cidade de Guaratuba, oportunidade em que se inaugurará uma praça com o nome daquele ditador.

Sala das Sessões, em 28 de abril de 1.980.

a) Nelson Friedrich.

Apoiamto: José Tavares, Augusto Carneiro, Lineu Turra, Waldir Pugliesi, Gernote Kirinus, Tadeu Lúcio Machado, Fidelcino Tolentino, Darcy Deitos, Nilso Sguarezi, Fiori Luiz e demais Deputados da bancada do PMDB.

## JUSTIFICATIVA:

1) — O prefeito de Guaratuba, dentro de uma posição extremamente oportunista, visando atrair turistas paraguaios, homenageará um dos piores ditadores do mundo, inaugurando uma praça, naquela cidade, com o nome de “Presidente General Alfredo Stroessner”, chefe de um regime político terrorista, anti-democrático e corrupto.

2) — Se não cabe ao governador Ney Braga repudiar a presença de um presidente de outro País, cabe-lhe o bom senso e valor crítico de não acompanhar as homenagens a um governante autoritário, discricionário e ditatorial.

3) — Stroessner é um ditador em decadência, com 24 anos de regime de força, estado de sítio permanente, com denúncias internacionais contundentes. E o Paraná, através de um ato imperdoável de um prefeito, agride a consciência nacional, principalmente agora em que tanto se fala de Democracia.

4) — Para prestar uma homenagem ao general paraguaio, a Prefeitura de Guaratuba desalojou dezenas de famílias de pescadores, o que demonstra a consciência social dos governantes brasileiros. É preferível homenagear um ditador que garantir terrenos aos trabalhadores.

5) — A Assembléia Legislativa não se pode calar diante de tal atitude, uma vez que “a Democracia existe para ser exercida e não apenas para ser cantada”, devendo, portanto, repudiar qualquer atitude que venha bajular ditaduras e ditadores.”

E, o jornal “Correio de Notícias”, de domingo, ontem, Sr. Presidente, faz uma série de referências a todas as autoridades que comparecerão à festa para prestarem uma homenagem a esse homem de personalidade e de comportamento público tão controvertido, esse homem que lá no seu País, segundo notícias de próprios brasileiros, não teve a coragem de coibir excessos cometidos com 400 mil brasileiros que lá vivem e que levam do Brasil para o Paraguai uma tecnologia avançada no setor da agropecuária e da agro-indústria.

Sr. Presidente, é o momento adequado, para que todos os brasileiros exerçam plenamente a democracia e por

esta razão, democracia não tem fronteiras, democracia tem primados de dignidade e de respeito às pessoas humanas. Por esta razão, encaminhamos à Mesa, à consideração deste Plenário, a nota que acabamos de ler.

E mais Sr. Presidente, o jornal faz críticas veementes ao Prefeito que inclusive estava, com processo e só deixou de prosseguir esse processo por ter, aderido, ao PDS, é o que denuncia aquele jornal de Curitiba, que muito serviço nos parece ter prestado ao esclarecimento da opinião pública paranaense. O vice-Prefeito, Sr. Presidente, José Carlos de Oliveira, em sinal de protesto, deixou aquela comunidade e não vai participar nem das homenagens e nem dos atos que estão sendo cometidos pela Prefeitura.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra ao orador inscrito, no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"Lamentamos novamente ocupar esta tribuna para tratar de assunto que não condiz com a grandeza do Parlamento da República.

Mas somos forçados a isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados. De alguns tempos para esta data, determinados integrantes da Oposição paranaense têm marcado presença assídua na tribuna para acusações menores, para agressões gratuitas a companheiros nossos, transformando este plenário em palco de disputas e choques regionais que não dignificam a representação parlamentar.

Talvez como consequência da diluição de suas bases, da perda de solidariedade de muitos antigos companheiros, os responsáveis por essa atuação trazem para esta Casa os preocupantes desvarios de uma oposição nervosa.

Ontem, Sr. Presidente, Srs. Deputados, foi a voz do Senhor Deputado Hélio Duque. Em sessão do Congresso Nacional, decidiu tentar transformar em escândalo nacional um episódio que, embora lamentável, é comum nos Parlamantos de todo o mundo.

Foram ultrapassados em muito os limites da sensatez, a tal ponto que o referido Parlamentar chegou à beira do irracional e do ridículo ao procurar responsabilizar "preventivamente" o Governador Ney Braga por tudo que vier a ocorrer na Assembléia Legislativa do Paraná.

E se não bastasse isto, um dos mais dignos, equilibrados e responsáveis homens públicos do Paraná, o Presidente do Legislativo estadual, Deputado Fabiano Braga Côrtes, foi acusado pelo Senhor Deputado Hélio Duque como conivente com aqueles acontecimentos.

A bancada do PDS do Paraná nesta Casa, reunida em data de hoje, decidiu manifestar-se mais uma vez solidária com o Governador Ney Braga e com o Deputado Fabiano Braga Côrtes.

Parece-nos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que alguns integrantes da Oposição, felizmente poucos, — porque são valiosos os testemunhos pessoais de grande parte dos parlamentares opositores sobre a isenção e superioridade de comportamento de Ney Braga e de Fabiano Braga Côrtes, principalmente no episódio que deu origem à fala que hoje refutamos — parece-nos, em realidade, que alguns integrantes da Oposição não estão conseguindo entender a grandeza da abertura política que vivemos.

Fazem eles convocações para a paz, mas declaram a guerra. E neste momento, quando assuntos muito mais sérios exigem a preocupação de todos os homens públicos responsáveis, deturpam fatos, agridem, caluniam, provocam crises, fazendo da tribuna parlamentar um instrumento para

superar frustrações. Alguns, raros felizmente, pretendem que prevaleça a vontade da minoria até contra a Lei, para que se estabeleça o caos. E quando encontram pela frente a barreira da atuação serena de um homem como o Deputado Fabiano Braga Côrtes e uma liderança como a de Ney Braga, se desistem contra eles; a idéia fixa, perturba-lhes a mente, compromete-lhes a inteligência, tolda-lhes a razão.

Por tudo isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o PDS do Paraná, pela nossa palavra, e lamentando que tentem denigrir a Assembléia Legislativa do Estado, justamente no momento em que se realiza, em Brasília, o Congresso das Assembléias Legislativas de todo o País, se reafirma solidário com o Deputado Fabiano Braga Côrtes, confiante em sua atuação serena e em sua generosa capacidade para superar as agressões que, menos do que atingi-lo, diminuem os seus autores perante a imensa maioria da Assembléia Legislativa do Paraná, testemunha constante e insuspeita da composição, da serenidade, do equilíbrio e da dignidade de seu Presidente.

Era o tínhamos a dizer".

Nessa mesma Sessão, encaminhamos à Mesa também, requerimento pedindo a transcrição, nos Anais, de um artigo publicado no jornal "A Gazeta do Povo", Edição de hoje e assinado pelo jornalista Antônio Carlos Lacerda, sobre o mesmo assunto.

Quanto à visita do Presidente Stroessner ao Paraná, nós também comungamos em parte com o pensamento da Oposição, com relação ao Prefeito de Guaratuba. Entretanto queremos ressaltar aqui a posição do Sr. Governador do Estado, que recebe em solo pátrio e paranaense um Chefe de Estado Estrangeiro, e não poderia deixar de fazer cumprir o protocolo, presta a um Chefe de Estado estrangeiro, como nenhuma responsabilidade tem o Presidente da Câmara dos Deputados e o Presidente da República, João Baptista Figueiredo, em receber uma comitiva de Deputados de uma outra ditadura odiosa, que é a Ditadura da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao sexto orador inscrito, nobre Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Governo tem propalado, internacionalmente, de que estamos em franca abertura democrática. Ora, Srs. Deputados, abertura democrática pressupõe um regime em que os direitos constitucionais do cidadão são respeitados; em que as prerrogativas das instituições e as classes sociais possam livremente, dentro do território de uma Nação que se diz democrática, reivindicar, defender seus direitos, expressarem-se com liberdade.

Estão refugiados no interior da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, três professores, porque a sanha da polícia mineira anda à cata dos três mestres que tiveram a ousadia de pleitearem por seus direitos. As prisões em São Paulo alojam as lideranças metalúrgicas que se levantaram para pedirem melhores salários e a preservação dos direitos inerentes ao sindicalismo organizado.

No último sábado, São Bernardo do Campo assistiu cenas típicas dos Estados policiaescos, pois três Senadores da República foram desrespeitados pela truculenta polícia desta ditadura militar, nas suas imunidades parlamentares, chegando até ao cúmulo de jogar bombas lacrimogêneas no interior dos veículos oficiais daqueles Senadores da República. O Presidente do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, Deputado Ulysses Guimarães, e a Liderança da Câmara Federal, Deputado Freitas Nobre não conseguiram

obter nem a identificação dos policiais que queriam a todo o custo e com arbitrariedade e ilegalidade, prender lideranças sindicais, porque queriam efetuar prisões sem terem o necessário mandato de prisão.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que abertura democrática é esta que quando o Senador Teotônio Vilela se comunicou telefonicamente com o Ministro da Justiça, este fiscal da lei, este guardião da Constituição, interrogando ao Ministro da Justiça e dando conhecimento de que prisões estavam ocorrendo em São Paulo, para espanto do Senador alagoano, o Ministro perguntou se uma outra Liderança também havia sido presa, dando a demonstração evidente que ele conhecia que as prisões não se estenderiam apenas ao "alemão", mas procuravam um outro Líder Sindical.

Ora, Srs., até hoje, autoridade nenhuma neste País assumiu a responsabilidade das prisões das lideranças metalúrgicas, dos padres, dos jornalistas e então é de se interrogar, será o braço oculto da repressão, que como no Governo Médici, estabelece um Governo paralelo, uma força policial paralela, que dá proteção ao esquadrão da morte, para se livrar dos indesejáveis, dos inconformados? Será que o braço oculto da repressão que determina prisões neste País? Será, Sr. Presidente, que professores devem adentrar numa Assembléia Legislativa, para não serem presos? Será que lideranças sindicais devem se resguardar no interior das Igrejas? Será, Sr. Presidente, que simples operários, para poderem realizar uma Assembléia, têm que se revesar em turnos no interior de Pequenas Igrejas, para dentro das Igrejas se estabelecer o processo democrático da Assembléia. Então é de se perguntar: Que abertura democrática é esta, que não deixam um simples homem, operário, realizar uma Assembléia pacífica, no interior de um campo de futebol? Que Democracia é esta que não se deixa exercitar o processo Democrático da Assembléia, para se decidir se a greve deve parar ou se a greve deve continuar. Que Democracia é esta que quer que pare a greve, sem que aqueles que a decretaram, através de um processo democrático de uma Assembléia, possam novamente se reunir, para assim decidirem o término desse movimento paredista. Então, Sr. Presidente, o episódio de sábado, testemunhado por três Senadores da República, por dezenas de Srs. Deputados, não apenas se constata de que a imunidade parlamentar inexiste neste País. Mas se constata, e se desmascara o processo de abertura democrática: — "Ou prendo e arrebento", dito na primeira pessoa e usado o verbo na primeira pessoa. Será que só é válido contra os homens que fazem Oposição? ou o "prendo ou arrebento", atingirá o braço oculto da repressão, que está mais viva do que nunca, com bomba e atentados, como se verificou ainda no último sábado na Guanabara. "O prendo e o arrebento" será realmente que é para estabelecer uma Democracia, ou preservar, ou manter o "Status Quo" do sistema policialesco que convivemos há 16 anos.

Por isso, Sr. Presidente, fica aqui o repúdio à essa situação que lamentavelmente o povo brasileiro tem que assistir. Na medida em que se perdem as garantias democráticas, em que a oposição é cada vez mais impedida de exercer a sua ação fiscalizadora, na mesma medida, o arbítrio toma mais conta, porque não invade apenas a segurança pessoal das pessoas, mas vai até mais na economia, quando o Governo, fazendo, pintando e despintando, edita normas que podem ser perfeitamente enquadradas, até como apropriação indevida, como é o caso do empréstimo compulsório.

E concluindo, Sr. Presidente, deixamos aqui o nosso voto de descrédito aos atuais mandatários do País, principalmente ao Sr. Ministro da Justiça, homem bem falante, que saiu recentemente do Congresso Nacional, como um representante do Parlamento, quando este Parlamento se agita em Brasília para recuperar as suas prerrogativas, e este

Ministro, ao fazer parte do Executivo, se aquieta, se apequena, se avilta, se humilha e não diz uma só palavra, em desagravo de três Senadores da República, que são desrespeitados na sua imunidade Parlamentar, que têm os seus carros bombardeados com bombas, de gás lacrimogênio. Por isso, Sr. Presidente, descremos das atuais lideranças, porque lhes falta, principalmente, a boa intenção e a real intenção de transformar isto aqui em democracia. O que querem é aprimorar e manter o estado policialesco em que vivemos.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Grande Expediente, Sr. Deputado Gernote Kirinus.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Sr. Presidente, Srs. Deputados. — (Lê):

"Se não bastassem o caso da Light, Luftalla, Vale do Rio Doce, do projeto Jarí, do super faturamento da Philips, Dowquimical, Scharp, verdadeiras negociatas ao arrepio da moral e da lei, poderíamos ainda apontar o esforço deste Governo em ditar pacotes ou modificar a legislação e tomar medidas como o ATO, que reduziu o IR sobre remessas de juros ao exterior a 1,2% e tudo para beneficiar e acobertar negociatas com o capital TRANSNACIONAL.

E aumenta cada vez mais o odor, o mau cheiro exalado das profundezas dos porões da ditadura, onde fermentam, em diabólica efervescência, a corrupção e o entreguismo, a traição aos interesses da Pátria.

Convém dizer aqui Sr. Presidente e Srs. Deputados, ao Senhor Presidente da República que não gosta do cheiro do povo, de que o cheiro do povo é perfume, é oxigênio puro, diante do mau cheiro exalado por este lençol subterrâneo da corrupção, onde o Presidente se encontra mergulhado com toda a sua corte de lesa-pátria.

Este lençol está coberto de um líquido cristalino, denominado democracia brasileira, num aspecto de paz e tranquilidade, no entanto, já não consegue esconder a podridão que, de tempos em tempos, insiste em elevar-se até a superfície deste enganoso rio cristalino e fica boiando feito estrume diante do olhar espantado dos que ainda acreditam na redentora Revolução de 1964.

Ontem era o General Hugo de Abreu, o General Heuler Bentes, depois o Coronel Tarciso, hoje o General Andrada Serpa; a Igreja, há muito tempo, deixou de dar seu apoio, colocando-se claramente ao lado da maioria brasileira, quando esta está sendo lesada.

Nem imagino a surpresa e decepção sofrida por aqueles professores, mais conscientes, que foram levados a ensinar nas aulas de O.S.P.B. e Moral e Cívica, que finalmente o Governo havia tomado medidas para livrar a Amazônia das investidas estrangeiras com o firme propósito de ocupar aquele vazio econômico através da transamazônica sob o refrão: Integrar para não Entregar. E hoje, ao contrário podemos admitir a triste verdade: Entregar para não se Intrigar com o benevolente TIO SAM e suas generosas propinas.

Mas Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Sinto que em seguida seremos aparteados pelos integrantes da bancada do PDS que, vociferando, hão de exigir provas. Pois foi manifestada, há alguns dias nesta Casa, a intenção desta bancada em não deixar passar livremente o termo "corrupção" quando de nossas acusações, sem a devida e conseqüente comprovação.

Por isto quero trazer aos Senhores Deputados mais um testemunho que vem reforçar o nosso ponto de vista sobre a corrupção e o entreguismo.

É para nós paranaenses, de suma importância, pois se trata do testemunho de uma empresa pioneira de nosso



Estado em matéria de beneficiamento e comércio de cereais.

Passo a ler o depoimento do empresário paranaense Arno Glitz, transmitido no último dia 19 de abril, pela Rede Bandeirantes de Televisão, Canal 6, no programa do repórter Laertes Moreira": (Lê):

"Bom dia a todos telespectadores, e muito obrigado ao amigo Laertes por me dar esta oportunidade de falar. Tudo o que eu vou dizer está comprovado por fatos ou documentos, e é de conhecimento amplo do Presidente da República, todos os Ministros, inclusive os quatro Ministros militares, membros do Alto Comando do Exército, principais chefes militares inclusive os regionais e locais, dos líderes do Governo, do Presidente do Superior Tribunal Militar, outras autoridades e em especial o SNI, o CIE, o Conselho de Segurança Nacional, que afinal são pagos pelo Povo para cuidar destas coisas.

Em março de 74, fiz uma sociedade em "joint venture" com o Comércio e Indústria NEVA S/A que é uma das subsidiárias brasileiras da ANDRE de Lausanne, Suíça, uma das cinco maiores multinacionais no campo de cereais do mundo. A "joint venture" foi até novembro de 75, e durante este período a NEVA se apropriou indevidamente de cerca de um milhão de dólares nossos.

Depois disto houve um Processo Criminal que a Neva me moveu e que foi arquivado por falta de elementos.

Há quatro anos iniciamos um processo de prestação de contas contra a Neva e que ainda está nas preliminares.

Em julho de 76, eu fui intimado pelo Itamaraty para prestar declarações e informações a respeito de denúncias que a Andre havia feito à nossa Embaixada na Suíça. Naquela ocasião então eu juntei um "dossiê" enorme com uma carta bem explicativa para o Itamaraty mostrando que a Andre havia mentido. Não só isto. Simultaneamente mandei cópias de todo este "dossiê", toda esta correspondência para a CACEX pedindo que ela fizesse o levantamento dos dólares que foram desviados para a Andre e que, comprovava eu, eram no mínimo de US\$ 190 mil mas poderiam atingir a 300 mil dólares.

Cópia para o BANCO CENTRAL pedindo de que ele fizesse o levantamento das irregularidades contábeis que foram cometidas pela NEVA, juntando documentos que comprovavam uma série destas irregularidades.

Para o CADE que é o órgão do Governo encarregado dos casos de abuso de poder econômico.

Para o SNI.

Para o Ministro da Fazenda : o Ministro da Justiça e depois mais tarde para outras autoridades inclusive ao Presidente da República.

Em 7 de julho de 1977, com base nos meus documentos, o CADE resolveu, por unanimidade, processar a Neva por ABUSO DE PODER ECONÔMICO.

E durante esta coisa toda nós fomos descobrindo uma série de fatos, ou seja de que desde outubro de 1974, através do Decreto-Lei 1351, de 24 de outubro de 74, o Governo dava BENEFÍCIO FISCAL para a remessa de JUROS ao exterior, em detrimento à remessa de dividendos, ou seja, era para uma multinacional muito mais negócio de ter empréstimos para sua sede no exterior do que ter investimento de dinheiro aqui, mais, as multinacionais, que não são "trouxas", aproveitaram-se desta brecha para transferir ao exterior o dinheiro que já estava aplicado aqui, através de super-faturamento nas importações ou sub-faturamento nas exportações, fazendo com que o Brasil acabasse por PAGAR JUROS SOBRE DÓLARES QUE PER-TENCEM A ELE, BRASIL.

Isto é um ESQUEMA que se construiu para fazer esta PROTEÇÃO.

Este ESQUEMA começa com a CACEX que é o órgão encarregado de fiscalizar estas operações e cujo Diretor BENDITO FONSECA MOREIRA, para me prejudicar, MENTIU ao CADE contra provas documentais.

Faz parte o BANCO CENTRAL cujo então Presidente, PAULO LIRA, MENTIU ao CADE, MENTIU contra documentos do próprio Banco Central. No Banco Central, na Diretoria de ÁREA EXTERNA está ENGAVETADO todo o "dossiê" referente à Neva.

Faz parte a ex-CGI para impedir que fossem investigados casos que foram achados, porque eu fiz denúncia em abril de 78 à CGI para INVESTIGAR Benedito e Paulo Lira. Sabem a quem eles foram investigar??? A mim!!!

Faz parte gente do ITAMARATY para dar uma feição bonita e uma "imagem" bonita às multinacionais.

Tudo isto garantido por um GARANTIDOR: SIMON-SEN que foi o autor daquele ato, daquele decreto-lei, daquele benefício fiscal.

Em 18 de maio do ano passado, eu fui contatado por CARLOS AUGUSTO ALBUQUERQUE, diretor do BADEP, em nome de RISCHBIETER que dizia que queria me ajudar. Na mesma ocasião ele fez uma ameaça: ou eu parava de escrever às autoridades — e eu escrevi 3.500 cartas, mais ou menos, durante estes quatro anos — ou eu parava de escrever, ou o Governo ia me processar por fraude cambial. desafiou-o, aquela vez, e desafio o Governo hoje a me processar, desde o menor servente do Governo até o Presidente da República.

Até setembro do ano passado, eu acreditava em Rischbieter, quando eu descobri que ele, apesar de Ministro da Fazenda, era, num conflito de interesses, membro do Conselho de Administração da APEPAR, uma das empresas do Grupo BAKERINDUS, e CARLOS BRANDÃO, então Presidente do Banco Central, subordinado a Rischbieter, sofrendo pressões de diversas pessoas, em junho do ano passado, fez uma carta com informações falsas que procuravam favorecer o Bamerindus numa ação que o Bamerindus tinha perdido, e de grande valor, que o Bamerindus usava esta para a apelação. Rischbieter então funcionava como GARANTIDOR do ESQUEMA também, dada a sua função de Ministro da Fazenda. Ele estava aguardando o arquivamento, pelo Tribunal de Contas da União, das "operações atípicas" que houve na gestão dele na Caixa Econômica; isto foi arquivado em fins do ano passado.

Em setembro/outubro do ano passado, o comportamento do Governo nas discussões, no Congresso, do Código de CONDUTA ÉTICA das multinacionais me levou a descobrir que GOLBERY era o SUPER-GARANTIDOR do ESQUEMA. Eu achava que o Presidente da República estava BLOQUEADO das informações minhas que não podiam chegar a ele. Como em outubro do ano passado, o Ministro DELFIM NETO se pronunciou várias, inúmeras vezes, publicamente, contra aquele benefício fiscal, eu me criei (2) de coragem e pedi a Delfim Neto para fazer o favor de entregar o "dossiê" (diz um dossiê até Golbery), para entregar este "dossiê" ao Presidente da República, a fim de resolver esta situação e também a minha situação.

Faz seis meses, meio ano, que o "dossiê" foi entregue ao Presidente da República.

Há um mês atrás, escrevi ao MINISTRO DO EXÉRCITO uma carta, em que, entre outras, eu dizia que a Revolução FALIU no combate à CORRUPÇÃO. Dizia para ele também de que, se naquele "dossiê" estava alguma coisa que não estivesse comprovada, o Presidente da República, ou ia me mandar prender, ou ia me processar; ou ia DESMONTAR o Esquema.

Em 7 de dezembro, quando o PRESIDENTE DA REPÚBLICA pedia a todo Povo Brasileiro para apertar o cinto, naquele "pacotão" de dezembro, e naquele "pacotão" de dezembro foi melhorado ainda o benefício fiscal a favor da remessa de juros ao exterior.

Isso fez com que eu, em 19 de dezembro, hoje, há quatro meses atrás, escrevesse novamente uma carta ao Presidente da República, e nesta carta eu dizia que esta era a carta número 32 que eu estava me dirigindo à pessoa de JOÃO BAPTISTA

FIGUEIREDO, sendo 21 enquanto ele era Chefe do SNI, 2 como Presidente eleito, e nove como Presidente da República, e todas elas cheias de documentos comprovando o que eu dizia. E eu ainda dizia para ele que a única coisa que eu quero, que ME INTERESSA, é RECEBER DA MULTI NEVA/ANDRE aquilo o que ela me deve, inclusive aquilo que ela me roubou; e que eu nunca desejei prejudicar ninguém, e que não quero escândalo. E mais, que aquele BLOQUEIO era apenas uma suposição e que não corresponde à realidade. E mais eu disse "Forçoso nos é concluir, Senhor Presidente, que GRAÇAS À PODEROSA COBERTURA que Vossa Excelência está dando ao Esquema, é que existe este DESVIO DE DÓLARES, e estão impunes todos os que nele estão envolvidos.

E mais, eu confirmava que eram membros do ESQUEMA:

Rischbieter, Simonsen, Paulo Lira, Benedito Fonseca Moreira, além de outros altos funcionários da CACEX, do Banco Central, da ex-CGI, do Itamaraty.

E mais que o General GOLBERY, como Ministro-Chefe da Casa Civil controlava o CADE, a CGI, e o Tribunal de Contas da União.

Que o General VENTURINI, como Ministro-Chefe da Casa Militar, controlava o Conselho de Segurança Nacional e o CIE.

E que o General MEDEIROS controlava o SNI.

E, depois disto eu não tive reação. Mandeí esta carta junto com um "dossiê", e neste "dossiê", (3) lamentando, apresentei o Presidente da República como SUPREMO GARANTIDOR do Esquema. E neste então eu dizia: O QUE É QUE EU QUERO?? Eu quero é RECEBER. E para isto o que precisa é ENQUADRAR a Neva como são enquadradas as pequenas empresas brasileiras. E o que eu vi até hoje é que nunca houve um enquadramento tanto é que PHILIPS, DOW, e SCHERING fizeram fraudes cambiais e nunca foram punidas. E a Neva é campeã nisso, porque a Neva:

A Andre MENTIU para a nossa Embaixada.

A Neva MENTIU para o JUIZ.

Tentou SUBORNO em Pedro Keglevich de Buzin para mentir ao CADE.

MENTIRAM AO CADE:

O argentino Carlos Augusto (4) Walter, Presidente da Neva;

O suíço Jean Pierre Matthey, Superintendente da Neva;

FRISCHKNECHT (5), suíço, que mentiu até contra documentos (6).

Funcionários da Neva mentiram.

A neva fez, desviou de 190 a 300 mil dólares naquelas exportações.

Mais 50 mil dólares em exportações de feijão ROXINHO.

Existe ainda um "estranho" PREJUÍZO de cerca de DEZ MILHÕES de dólares, e não sabemos o que é prejuízo e o que é desvio.

Uma coisa eu sei: que a NEVA NÃO PRECISA SE APOQUENTAR, porque ela conta com a proteção da CÚPULA DO GOVERNO.

E o que um pequeno brasileiro SOFRE. Eu tenho casos. Lógico. Está aí. Quando a gente ousa enfrentar uma multinacional. Está aí o caso. Eu devo dinheiro na Caixa Econômica Federal. À Caixa Econômica eu pedi, para eles, eu disse que eu estava fazendo coisas que eram para o BEM DO BRASIL. E eles executaram, e não só isso. Não contentes, CITARAM minha mulher como se ela fosse uma foragida da Justiça. Pode ser legal. Mas não é justo, nem decente, e procuraram, com isto, ME HUMILHAR. Esta foi a verdade.

O BANCO DO BRASIL tem ordens, sei isso lá de dentro, para me executar. E aqui faço um APELO. Ao Governo do meu Estado, Governo Ney Braga, a quem também eu já fiz diversos protocolados. E quando ele souber disso, ele vai me dar a "mão" que eu ESTOU PRECISANDO, nesta luta ingrata, nesta

luta tremenda, tão sofrida, em que eu SEI que TEM MUITO DE BEM PARA O BRASIL.

— 1 — "O Bamerindus usaria esta carta para a apelação"

— 2 — "Eu me enchi de coragem".

— 3 — O programa estava previsto para durar de 15 a 18 minutos. No instante marcado com (3), Laertes me mostrou um bilhete onde dizia "Tens 2 minutos", e daí em diante comecei a correr, atrapalhando-me várias vezes.

— 4 — "Carlos Antônio Walter" é o nome correto.

— 5 — "Walter Frischknecht" é o nome completo.

— 6 — Faltou completar: "que mentiu até contra documentos por ele mesmo firmados".

— §§ — A REFINADORA DE ÓLEOS BRASIL S/A, com fábricas de óleo de soja em São Caetano do Sul (SP) e Araucária (PR), é outra subsidiária brasileira da ANDRE.

A ANDRE é a "A" das "5 irmãs" do ABCD de cereais do mundo.

B é Bunge (no Brasil: Sanbra, Samrig, Moinho Santista, Moinho Fluminense, Grandes Moinhos do Brasil, Quimbrasil, Serrana etc.).

C é Cargill.

D também é Continental (no Brasil: Contibrasil).

E é Drevfuss (no Brasil: Coinbra, Placas Paraná, Santa Luzia etc.).

Hoje, 19 de abril, há muitas autoridades no Paraná: CURITIBA: muitos Generais, Almirantes e Brigadeiros participando do X Torneio de Tênis de Oficiais-Generais, destacando-se: General Walter Pires, Ministro do Exército — General José Ferraz da Rocha, Ministro Chefe do EMFA — General Ernani Ayrosa, 'Chefe do Estado Maior' do Exército — General Sérgio Pires, Chefe do Gabinete do Ministro do Exército — General Reynaldo Mello de Almeida, Presidente do STM, e outros.

MARINGÁ: o Governador Ney Braga recebe, hoje às 9h40 da manhã, os Ministros: Amaury Stabile (Agricultura), e Murilo Macedo (Trabalho) que vêm para proceder a abertura da Exposição-Feira Agropecuária e Industrial de Maringá, e assinar diversos convênios com o Governo do Estado.

FOZ DO IGUAÇU: em inspeção militar está o General de Exército Antônio Bandeira, Comandante do III Exército e membro do Alto Comando do Exército, acompanhado do General Jofre Sampaio, Comandante da 5.ª Região Militar, sediada em Curitiba.

Tudo o que eu disse é como que uma PIRÂMIDE que fomos, laboriosa e pacientemente, construindo, tijolo por tijolo, isso é fato por fato, documento por documento, durante estes mais de 4 anos. Ela representa a VERDADE, e por isso ela é inamovível, sólida, firme, porque a VERDADE É A MAIOR FORÇA DO MUNDO, porque a VERDADE É DE DEUS."

O depoimento que acabo de ler traz a seguinte observação em seu final: "Tudo o que eu disse é como uma pirâmide, que fomos, laboriosa e pacientemente construindo, tijolo por tijolo, isto é fato por fato, documento por documento, durante esses mais de quatro anos.

Ela representa a verdade, e por isto ela é inamovível, sólida, firme, porque a verdade é a maior força do mundo, porque a verdade é de Deus. Assumo inteira responsabilidade por tudo o que eu disse e escrevi".

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

No depoimento que acabo de ler, não cabem reparos ao conteúdo da denúncia que é profundamente lamentável e principalmente por ser uma verdade que como brasileiros somos obrigados a engolir com nó na garganta.

Só não sei se devo estranhar ou elogiar, por excesso de confiança e boa fé, a atitude do autor da denúncia em fazer um apelo ao Governador Ney Braga, como se ele Governador, não



fosse um subordinado da cúpula desqualificada do Governo Central.

No entanto resta-nos o direito de desafiar esta confiabilidade que por ora o autor deposita no Governo do Paraná, onde cresce e floresce uma multinacional do tipo da Refinadora de Óleos Brasil S.A., instalada em Araucária e que é, como a Neva, subsidiária "brasileira" André Loussant.

André, por sua vez, é a letra "A" do ABCD de cereais do mundo.

"B" — é Bunge (que no Brasil se reveste em Sanbra, Samrig, Moinho Santista, Moinho Fluminense, Grandes Moinhos do Brasil, Quimbrasil, Serrana e etc.).

"C" — é Cargill e Continental que no Brasil significa Contibrasil.

"D" é Dreyfuss, que no Brasil atua como Coimbra, Placas Paraná, Santa Luzia e etc. ...

E, para finalizar, observe-se com que ironia difamam o nome de nossa querida Terra de Santa Cruz, quando acrescentam o nome do BRASIL nas suas firmas subsidiárias. Nós ficamos com o nome e os elogios de progresso e desenvolvimento, enquanto eles, carregam o dólar para as suas matrizes.

Parece até aquela fábula do corvo e da raposa. Em que nós nos parecemos com o corvo, que lisongeado pela sua bela voz pela raposa, deixa cair da boca o queijo e a raposa parte contente.

O Sr. Nilton Friedrich — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Ilustre Deputado, extraordinariamente séria a colocação que Vossa Excelência faz da tribuna e, aproveitaria este instante, para apenas trazer também, além desta preocupação que a Oposição tem desenvolvido durante tantos anos, quanto à presença do capital estrangeiro dominador, centralizador, monopolista e que se reflete em todos os campos e hoje, muito bem destacado o campo do controle do mundo dos cereais, onde, na verdade, o Ocidente está subordinado aos interesses de cinco multinacionais de grãos, que criam firmas com denominações simpáticas, como Cotribrasil, Sanbra, Samrig, Moinho Santista. Mas, na verdade, são apenas mascaramentos da intenção maior, que é o domínio absoluto da vida econômica, política e social do País; porque elas dominam nos insumos básicos, todos eles, insumos de produtos industrializados, como fertilizantes, rações, adubos, inseticidas e passam a dominar como dominaram também o setor de comercialização. Agora completam o cerco no setor último, o setor de industrialização.

Mas queria trazer hoje um assunto, neste aparte, que determina, efetivamente, o caos em que se encontra o País e que muito bem foi noticiado através da "Folha de São Paulo" no dia de ontem, onde se prova, através do raciocínio lógico e documental, a total dependência em que vive a economia brasileira, que agora inclusive desacreditada, passa a ter, na comunidade financeira internacional, um novo pedido. Esta comunidade, não mais acredita no modelo econômico brasileiro como está, para resolver seu próprio problema que este mesmo modelo criou. E diz ser descrente na abalada economia e estratégia econômica desenvolvida pelos Ministros Delfim Neto, do Planejamento e Erani Galveas, da Fazenda.

Inclusive, agora está aí para todos aqueles que não queriam acreditar, nas denúncias da Oposição, que a comunidade financeira internacional está a exigir que a economia brasileira passe a ser dirigida por representantes do Fundo Monetário Internacional, para que ela possa ter uma orientação séria. Porque por enquanto, segundo os banqueiros mundiais, a situação em que se desenvolveu a economia brasileira e que tem inclusive nesta mesma técnica a fonte geradora, a causa maior, nós vemos que os banqueiros internacionais estão a exigir que a economia brasileira seja direcionada e submetida à uma estratégia do Fundo Monetário Internacional, acabando de uma vez por todas com a soberania nossa e, o que é mais grave, dando

um atestado final de incompetência aos Ministros do Planejamento e da Fazenda, exigindo que tenhamos tutores na nossa economia já falida, com recessão e, o que é mais grave, totalmente absorvida no capital estrangeiro, — como bem Vossa Excelência colocou, em que grupos brasileiros, comerciantes nacionais, são jogados às feras do interesse multinacionalista, tendo seus testas de ferro presentes em todos os segmentos da economia brasileira.

Obrigado.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Nobre Deputado Nilton, agradeço por seu aparte que veio enriquecer, mais ainda, o nosso pronunciamento. Inclusive poderíamos citar e arrolar fatos e mais fatos que viriam, cada vez mais, engrossar provas e testemunhas de que vivemos sob o manto da corrupção.

O Sr. Nilso Sguarezi — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Sr. Deputado, Vossa Excelência está evidenciando de que não foi por falta de advertência que o Brasil chegou à uma fase aguda de crise de sua economia. Não foi apenas o MDB, a Oposição, neste período de excessão, que tem alertado a Nação dos malefícios das empresas que hoje se chamam multinacionais. O problema da invasão desordenada do capital estrangeiro começou no período do Presidente Juscelino Kubitchek. Foi quando, Sr. Deputado, começaram propriamente a se levantar as primeiras vozes nacionalistas, que haviam na primeira oportunidade se levantado na campanha do "Petróleo é nosso", para defenderem o monopólio estatal da PETROBRAS.

E após o Governo de Kubitchek as denúncias então que se ouviam na imprensa, constantemente pelas forças nacionalistas, eram contra os monopólios, contra os trustes. Não se falava então em multinacionais. O termo multinacional é recente, é agora, é atual. Mas, que vêm forças nacionalistas, alertando os responsáveis da Nação, que chegaríamos a uma fase como a de agora, não é de hoje. O próprio Presidente Vargas ao suicidar-se, deixou escrito, de que os responsáveis pela Nação deveriam atentar muito bem, de que a perda real da soberania nacional, far-se-ia através da economia e não, por movimentos armados. E aí está, Sr. Deputado, hoje realmente, como disse o Deputado Nilton: "hoje a comunidade internacional, financeira, só acredita que o Brasil possa sair da crise em que está envolto, se obedecer as orientações do Fundo Monetário Internacional". O que vale dizer: o próximo Presidente da República não terá competência de escolher um Sr. Ministro da Fazenda. Porque a orientação do Fundo Monetário Internacional, está inclusive, intervindo nesses Países, com a designação de técnicos, de economistas, que vão drenar, disciplinar e corrigir as finanças internas desta Nação.

Por isso, Sr. Deputado, o tema que Vossa Excelência traz à tona, é que vem sendo levantado nos últimos 30 anos, pelas forças nacionalistas desta Nação. E até agora, lamentavelmente, Sr. Deputado, elas não tiveram o condão de sensibilizar os responsáveis por esta Nação. E não tiveram por uma só questão: porque os Ministérios dos últimos anos, os homens que compõem os Ministérios dos últimos anos, principalmente deste período de exceção, quando saem do Governo, vão servir às multinacionais. Fazem o jogo do capital estrangeiro e não o jogo do real interesse nacional. Por isso, Sr. Deputado, que o último Ministro que ocupou esta tribuna, Ministro Rischbieter, último Ministro da Fazenda, será muito bem pago por uma multinacional, instalada neste Estado, a Volvo. Só para citar um exemplo.

Obrigado.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Obrigado nobre Deputado Nilso Sguarezi, pelo seu aparte, que como já referendi no aparte do Deputado Nilton, realmente o capital estrangeiro tomou conta. A solução parece clara. Ela realmente só pode vir do povo. Porque de brasileiro ainda temos apenas este povo. Esse "zé povinho", judiado, escravizado, oprimido, pelas multi-

nacionais. É o metalúrgico de São Paulo. É a Igreja voltada aos interesses dos oprimidos.

São essas forças sociais, os sindicatos livres, sem intervenção, com liberdade de se organizarem. E seria a única força que poderia garantir a segurança nacional e a soberania nacional, porque já que os militares que se encastelaram no Poder, deram demonstração de que não têm força de impedir a invasão estrangeira ou a entrada neste país de estrangeiros.

O Sr. Nilso Sguarezi — Sr. Deputado, mais um aparte apenas, para elucidar, bem a proteção que as multinacionais recebem. No último decreto do Governo, do Empréstimo Compulsório, apenas as pessoas físicas, nobre Deputado, vamos dizer assim, foram multadas, pelo Executivo.

Ora, Sr. Presidente, é evidente que na sua extrema maioria, essas pessoas são brasileiras.

As pessoas jurídicas, as multinacionais, mais uma vez, nobre Deputado, foram beneficiadas, porque elas, na realidade, é que têm os maiores ganhos em função do capital. Como teve a Volkswagen, só nas especulações de papéis, nas bolsas, teve um lucro muito maior do que o resultante da industrialização dos produtos.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Para encerrar, Sr. Presidente, volto, mais uma vez, a referir-me às soluções possíveis, diante desse quadro triste e desolador.

Somente podemos esperar nacionalismo e patriotismo de metalúrgicos, de operários, dos empresários brasileiros, como a firma Cereais Glitz Ltda., aqui do Paraná, dos lesados pelo capital multinacional, os que, nesta Pátria, ultimamente, não têm tido nem vez, nem voz.

Nem vez econômica, nem voz de protesto. Porque, quando se levantam e criticam, são enquadrados na Lei de Segurança Nacional. Ao ponto de que, quando inclusive, são amparados por Parlamentares, os únicos que gozam de certas imunidades, neste País, nem esta imunidade parlamentar é respeitada. Tão aferrado está o Governo em defender os interesses desses grandes grupos transnacionais que já se chega ao cúmulo do desrespeito total ao povo brasileiro.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria dos Srs. Deputados Werner Wanderer, Tércio Albuquerque e Gernote Kirinus, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Romero Filho, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

4.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 209/79, de autoria do Deputado AYRTON CORDEIRO, que cria o Distrito Administrativo de Cachoeira, no Município de São José dos Pinhais, com sede e divisas que especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Com Emenda de Plenário. — **Aprovado com Emenda de Plenário.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 12/80, de autoria do Deputado FRANCISCO ESCORSIN, que declara de utilidade pública a "Fundação de Assistência ao Menor Aprendiz — FAMA", com sede e foro na Cidade de Curitiba. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 2/80, de

autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 02/80), que aprova Termo Aditivo n.º 9, ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, que através de Órgãos que especifica, objetiva execução das primeiras etapas do Projeto Logos II. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 03/80, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 03/80), que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Ministério da Educação e Cultura, que objetiva regular as obrigações decorrentes da aplicação de recursos oriundos do Orçamento da Secretaria de Ensino de primeiro e segundo graus para o exercício de 1979. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 04/80, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 06/80), que aprova Termo de Convênio n.º 83/79, celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, que através de Órgãos que especifica, objetiva promover exames de suplência profissionalizante em 06 (seis) modalidades, a nível técnico de segundo grau. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 05/80, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 07/80), que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Marilena, objetivando execução de obras destinadas ao combate da erosão na sede do referido município, previstas no Programa Especial de Controle da Erosão do Solo Urbano no Noroeste do Paraná. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Oficial Reformado da Aeronáutica Estefano Bonato, ocorrido no Município de Campo Largo. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Osvaldo Loback, ocorrido na localidade de Bragantina, Município de Assis Chateaubriand. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Maria Gonçalves. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Erondy Silvério, Renato Bernardi, Dácio Leonel e Adalberto Daros, respectivamente líderes do PDS, PMDB, PP e PTB, constante do expediente, solicitando a suspensão da sessão do dia 2 de maio do corrente, para que sejam realizadas reuniões das comissões. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Chierigate, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Secretário do Interior e Presidente da TELEPAR, visando a instalação de um Posto Telefônico em Ouro Verde do Piquiri, Município de Corbélia. — Em votação.

O SR. LINEU TURRA — Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Para encaminhar, concedo a palavra ao Senhor Deputado.

O SR. LINEU TURRA — Senhor Presidente, o requerimento do Deputado David Chierigate, na verdade não vamos votar

contra, mas queríamos dizer que o encaminhamento dessa matéria, já foi feito através da Prefeitura Municipal de Corbélia, através do Sr. Prefeito, e nós tivemos a oportunidade de, através da Casa, encaminhar requerimento solicitando a instalação de telefone em Ouro Verde. Acontece, Sr. Presidente que as instalações desses postos de serviço telefônico, são feitos a cargo das Prefeituras. A Prefeitura de Corbélia já instalou diversos postos telefônicos em distritos do Município de Corbélia e está aguardando a oportunidade para construir o posto para instalação telefônica, de formas que o Deputado David Cheriegate não conhece essas particularidades, essas gestões e essas providências que estão sendo feitas. É natural que não possa conhecer, porque a Prefeitura de Corbélia, a administração é autônoma e ele está evidentemente colaborando nesse sentido, mas queríamos dizer que a instalação desse posto de serviço já se acha em andamento, através de gestões do Sr. Prefeito Municipal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Em votação.  
— Aprovado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Pela ordem, Senhor Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

Os Senhores Deputados que aprovam, queiram levantar-se. — (Pausa).

Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se. — (Pausa).

Doze Senhores Deputados aprovam; nenhum Senhor Deputado rejeita.

Não há “quorum” para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 29, terça-feira, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.º 12/80 e de Resolução n.ºs 2, 3, 4 e 5/80.

Levanta-se a sessão.